

LIVROS DA SUBVERSÃO: IMPRENSA COMUNISTA E A COLEÇÃO HISTÓRIA NOVA DO BRASIL

Rodrigo Czajka¹

Resumo: A coleção *História Nova do Brasil*, produzida e publicada no início da década de 1960 por um grupo de intelectuais ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), tornou-se um campo de discussões e debates entre setores militares e as esquerdas logo após o golpe de 1964. Acusada de promover a subversão comunista, a coleção apostava numa nova metodologia de análise da história do Brasil, com abordagem declaradamente marxista. Por este e outros motivos, exemplares foram apreendidos por órgãos de repressão militar e seus autores foram indiciados em inquéritos militares, acusados de atentar contra a Lei de Segurança Nacional.

Palavras-chave: Imprensa comunista; Ditadura militar no Brasil, Intelectuais de esquerda, Marxismo.

Abstract: The collection *História Nova do Brasil*, produced and published in the early 1960s by a group of intellectuals of the Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), has become a field of discussion and debate among military and the left after 1964. Accused of promoting communist subversion, the collection had a new methodology to analyze the history of Brazil, with marxist approach. For this and other reasons, copies were seized by military agencies and the authors were indicted in military investigations, accused of violating the National Security Law.

Key-words: Communist press, Military dictatorship in Brazil, Leftist intellectuals, Marxism.

Num pequeno livro de bolso lançado pela editora Civilização Brasileira em julho de 1962, o historiador Nelson Werneck Sodré indagava seus leitores acerca da definição do conceito de “povo”, expondo o histórico de seus inúmeros significados. Iniciava seu texto afirmando que o “uso imoderado [...] deu à palavra *povo* uma significação tão genérica que a despojou de qualquer compromisso com a realidade. Na boca e ou na pena dos homens públicos, hoje [...] o *povo* é uma abstração” (Sodré, 1962, p. 03). Na busca não do povo, mas das estruturas sociais que o representam, o livro intitulado *Quem é povo no Brasil?* foi resultado de uma ampla discussão que o então professor do Departamento de História do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) havia realizado desde o final da década de 1950. A propósito, esse período caracterizou-se por profundas mudanças na sociedade brasileira, que assistiu à *débâcle* do stalinismo, figurada nas denúncias dos crimes do governo soviético por Krushev; o *mea culpa* do Partido Comunista Brasileiro (PCB), na forma de

¹ Doutor em Sociologia pela Unicamp, professor de Pensamento Social Brasileiro do Depto de Sociologia e Antropologia – Unesp/Marília.

revisão dos postulados do comitê central da entidade, conhecida como a *Declaração de Março* de 1958; a ascensão de Juscelino Kubitschek à presidência da república em 1956; o processo de crescente politização do ISEB a partir de 1959, tendo à frente da instituição o filósofo Álvaro Vieira Pinto como diretor – em substituição a Roland Corbisier.

Houve uma intensa mobilização de inúmeras organizações, entidades estudantis e culturais no sentido de repensar os destinos da vida nacional. Uma “esquerdização” (Toledo, 1977, p. 110) que conduziu à rearticulação de setores intelectualizados da esquerda política, respaldados na agitação política que colocava em pauta as reformas de base nos primeiros anos da década de 1960, bem como propostas elaboradas com vistas a se pensar a nação e a identidade nacional (Ortiz, 1985, p. 45-66). Neste contexto, a estruturação de uma esfera pública de debates, na passagem da década de 1950 para 1960, incitou movimentos sociais organizados por trabalhadores, estudantes, artistas, intelectuais. Consolidou política e ideologicamente um temário de oposição, predominantemente de esquerda, fundamentando todo um glossário de lutas e resistências culturais por toda década de 1960, em plena ditadura militar (Ridenti, 2000, p. 141-150). Em busca do povo no Brasil, inúmeros foram os projetos que destinaram esforços em não somente pensar a “realidade brasileira”, mas transformá-la a partir do processo de participação de diversos estratos sociais, em diversas frentes político-culturais.

Um desses projetos foi proposto e executado por Nelson Werneck Sodré. A edição da coleção *História Nova do Brasil* esteve condicionada ao processo de organização das esquerdas culturais no final da década de 1950 no interior do ISEB e, na primeira metade da década seguinte, com endosso institucional do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e aporte comercial da editora Brasiliense – de propriedade do Caio Prado Jr.

A *História Nova do Brasil* foi resultado de um projeto intelectual e editorial que objetivamente visava à discussão dos postulados sobre metodologia do ensino de história. Mas seu impacto foi mais amplo e contundente que seus autores poderiam imaginar. Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Nelson Werneck Sodré, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes

constituíram um *núcleo intelectual* que desempenhou um papel significativo no processo de organização das esquerdas culturais no início da década de 1960. Com exceção de Sodré, que era professor do ISEB,

é no Centro de Estudos de História da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) que encontramos, de modo efetivo, não só os maiores responsáveis pela realização do projeto *História Nova*, mas também o ambiente gerador das inquietações que as reformas do projeto impunham (Pinto, 2006, p. 345).

Havia, pois, uma discussão entre alguns alunos e professores da FNFi no início da década de 1960 que visava reconsiderar não somente o modelo vigente dos livros didáticos de história, mas o próprio conteúdo transmitidos por estas publicações. Essa proposta, situada num plano institucional mais amplo e que condicionou as diretrizes da coleção *História Nova do Brasil*, esteve presente em diversas intervenções de intelectuais, tal como na de José Luiz Werneck da Silva ao descrever esse contexto e sua necessidade de reformulação:

A tendência de nosso século em popularizar a instrução secundária, está ampliando extraordinariamente o mercado do livro didático, aos quais as editorias via de regra dão um cunho comercial, raras vezes se atendo ao sentido cultural inerente. O Estado [...] deveria concorrer no mercado de livro didático, publicando a preço de custo, os compêndios selecionados em rigoroso concurso, [...] dos quais se exigiria elevada qualidade no fundo e na forma. (Silva, 1961, p. 170-171)

O núcleo intelectual formado a partir da *História Nova* esteve no centro desse debate e seria apenas uma discussão metodológica datada, não fosse a associação destes intelectuais aos propósitos teóricos que delineavam o Departamento de História do ISEB e a direção de Sodré. Em pesquisa realizada a partir da análise dos volumes da coleção *História Nova do Brasil*, Elaine Lourenço, argumenta que

junto ao propósito maior, isebiano, de intervir na sociedade brasileira, *História Nova do Brasil* trazia marcas dos anseios da FNFi [...]. Essa convergência, aliás, transparece na própria composição do projeto: se seus já citados autores eram oriundos da Faculdade, e os dois Pedros já atuavam também

como professores; da parte da Campanha de Assistência ao Estudante (CASES) o contato era Roberto Pontual que, segundo Sodré, era estagiário no ISEB e agora se encontrava no MEC. (Lourenço, 2008, p. 392)

A coleção originalmente previa a publicação de dez títulos, sendo eles *O descobrimento do Brasil*, *A sociedade do açúcar*, *As invasões holandesas*, *A expansão territorial*, *A decadência do regime colonial*, *A independência de 1822*, *Da Independência à República*, *O sentido da abolição*, *O advento da República* e *O significado do Florianismo*. A linha editorial seguida pela coleção expressava nas contra-capas de cada um dos volumes que

ao entregar a professores e estudantes a presente monografia, a Campanha de Assistência ao Estudante (Cases) do Ministério da Educação e Cultura tem plena convicção de estar contribuindo, à sua maneira, para o desenvolvimento coerente e acelerado do processo histórico brasileiro. Sua origem – assim como a de todas as demais que compõem esta coleção – prende-se à tentativa já impostergável de reformular, na essência e nos métodos, o estudo e o ensino de nossa história. Dentro de tal perspectiva reformuladora é que surgiu a coleção *História Nova* [...]. Resta esperar, de professores a estudantes, que uma nova reflexão sobre os dados componentes de nossa história se passe de imediato àquela ação capaz de dar ao povo brasileiro o Brasil que ele realmente anseia.²

A abordagem do tema trazia de forma evidente o lastro de todo o processo de politização acima descrito e no pós-1964 chamou a atenção dos militares sobre o assunto, a ponto de se instituir um inquérito policial-militar (IPM) que investigou as supostas ações subversivas dos autores da coleção. O enfoque do IPM da História Nova deteve-se – como não podia deixar de ser numa época em que o anticomunismo tinha grande repercussão e adeptos de todos os matizes em seu favor (Motta, 2002, p. 231-278) – na busca de indícios que associassem diretamente a coleção e seus autores ao ISEB. O fato é na disputa política com as esquerdas em torno das teorias nacionalistas, o instituto

² Apresentação impressa nas contracapas dos exemplares da coleção *História Nova do Brasil*.

fora para alguns setores militares o grande centro irradiador da “subversão comunista”. Essa dissecação do ISEB que, por sua vez, se desdobrou na investigação da História Nova do Brasil, levou imediatamente àquele que talvez tenha sido a figura mais importante na elaboração do projeto e por ser a ponte entre Nelson Werneck Sodré e os demais autores: Roberto Pontual.

Pontual era funcionário público federal e seu vínculo com o MEC teve início quando foi contratado em agosto de 1960 para prestar serviços na Campanha de Assistência ao Estudante (CASES). De função temporária, em pouco tempo, ele passou a exercer, por designação do diretor da Divisão de Educação Extra-Escolar (DEEE), a função de assistente de direção deste. Nessa função permaneceu até ser novamente designado por Luiz Alberto Gomes de Souza, assessor do então ministro da Educação e Cultura Paulo de Tarso. Chefiava, a partir de agora a Seção de Cultura da DEEE e, em poucos meses, o próprio ministro o nomearia diretor da DEEE.

Num espaço curto de tempo, Pontual ascendeu na hierarquia do ministério e ocupou um cargo estratégico, tanto que, logo que nomeado diretor da DEEE, foi-lhe comunicada a intenção do ministro Paulo de Tarso de planejar uma ação executiva na divisão, que incluía, entre outras coisas, a elaboração de monografias destinadas à abordagem da história do Brasil³.

Assim, estavam mais ou menos determinados os passos iniciais da coleção *História Nova do Brasil*. Ao tomar ciência dessa decisão ministerial, Pontual teve de recorrer à pesquisa de campo, com auxílio de outros pesquisadores na área de história do Brasil, com a finalidade de aprofundar o conhecimento de fatos e personagens da história do Brasil que considerava superficialmente enfocados no estudo tradicional da história. Para tanto, e em função da sua falta de conhecimentos mais profundos, confiou a Nelson Werneck Sodré e à sua equipe a elaboração de tais monografias.

Segundo Roberto Pontual, a coleção *História Nova do Brasil* foi editada pelas CASES como parte de um plano de conscientização e politização do estudante brasileiro. Esta coleção, em dez monografias, segundo ele, visava

³ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Termo de denúncia*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 02, p. 358.

contribuir de maneira muito particular para o desenvolvimento coerente e acelerado do processo histórico brasileiro⁴.

Dos propósitos iniciais do MEC à aproximação com o ISEB, quase que imediatamente estabeleceu-se uma rede de contato que favoreceu relações do alto escalão do governo federal com professores e alunos do instituto. Havia também o interesse do ISEB em estreitar essas relações, tanto que o próprio Álvaro Vieira Pinto (diretor entre 1959-1964) manifestou pessoalmente seu apreço pela vinda de Pontual para O ISEB em março de 1963, pois isso, de certa forma, garantiria um representante da DEEE no próprio instituto. Em outras palavras, Pontual seria o contato direto com ministro da educação⁵. Um dado também que merece ser qualificado é que o ISEB, desde 1956, tinha uma linha de publicações bibliográficas que eram financiadas pelo MEC e comercializados e, em alguns casos, distribuídos gratuitamente pelo instituto ou por empresas gráficas, então parceiras comerciais⁶. Ou seja, qualquer interesse que o MEC esboçasse em produzir, publicar e comercializar edições era prontamente sugerido ao ISEB que conduzia as propostas e executasse os projetos. Mas é importante frisar que essa postura, embora possa parecer, não exprimia um oportunismo do ISEB, pelo contrário. O ISEB, desde sua fundação em 1955, no governo de Café Filho, era um órgão vinculado diretamente ao executivo e submetido, num segundo momento, às políticas educacionais do MEC. O que sempre esteve em jogo foi a orientação do instituto segundo as diretrizes do governo federal, em contrapartida, os professores e pesquisadores do ISEB tinham visibilidade e legitimidade necessárias aos seus projetos, com a tutela do Estado.

Essa aproximação com o ISEB, acrescido do fato da coleção não ter sido avaliada pela Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) – segundo Pontual, por ele próprio não julgá-las obras de caráter didático e por desconhecer a legislação referente às atribuições da CNLD – favoreceu o indiciamento de seus autores e suas obras. Isso, sem mencionar o fato da coleção ter sido lançada em 20 de janeiro de 1964, na sede do Sindicato dos

⁴ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 27, p. 6811.

⁵ Idem. p. 6812.

⁶ Tal como a relação comercial realizada entre o ISEB e a Editora Civilização Brasileira. Ver CZAJKA, 2010, p. 105,

Metalúrgicos do Rio de Janeiro, quando criou a celeuma entre os setores militares e os intelectuais de esquerda.

O entrave maior, ao menos aquele que deixou transparecer junto à opinião pública o caráter subversivo da coleção *História Nova*, foi o fato das edições terem sido reprovadas pela CNLD – o que aconteceu efetivamente entre 1964-1965, quando a Comissão foi designada pelos militares a emitir parecer sobre as obras individualmente. Nem o ISEB (no caso, Nelson Werneck Sodré), nem a DEEE (na figura de Roberto Pontual) submeteram os originais à CNLD e ambos encaminharam a execução do projeto, endossados pelo próprio MEC. O parecer da CNLD que posteriormente, no transcorrer de outros IPMs, foi evocado, apresentava a referida coleção como exemplo e caracterização de uma imprensa tipicamente comunista. Segundo descreve este parecer,

a coleção *História Nova do Brasil* (volumes 01, 03, 04, 06 e 07) que nos coube examinar, por determinação do IPM do MEC, pareceu à Comissão que este subscreve destituída de qualquer valor histórico, além de ser deficiente, quer no fundo, quer na forma, como obra didática. Conclui a Comissão, sendo de parecer que a coleção *História Nova do Brasil*, por omissão, inverídica e nociva, deve ser recolhida e seu uso impedido. Sob ponto de vista histórico as publicações se baseiam na unilateral interpretação marxista, sendo, portanto, prejudiciais ao ensino da História da Pátria. Sob o ponto de vista da Segurança Nacional, trata-se de propaganda deletéria, que compromete o Estado com a ideologia marxista.⁷

Houve, de certo modo, uma desqualificação dos propósitos da coleção, das obras em si e dos próprios autores. Tanto nos inquéritos como na grande imprensa a consideração feita sobre os autores era com a intenção de desqualificá-los: os inquéritos os acusam de sequer conhecer história do Brasil

⁷ INQUÉRITO Policial-Militar n° 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 27, p. 6.813.

e por terem sido reprovados nessa disciplina quando alunos na FNFi⁸. A imprensa os desdenhava, alegando tratar-se apenas de um grupo de jovens professores de história entusiasmados com o próprio ofício. Tais circunstâncias levaram Sodré a se pronunciar, não somente por envolver seus alunos em IPMs, mas por ser o professor responsável pela edição da *História Nova do Brasil* – primeiro a cargo da CASES, posteriormente sob responsabilidade da editora Brasiliense, de propriedade de Caio Prado Jr. Escrevia Sodré na *Revista Civilização Brasileira*:

Sobre essa coisa desimportante, errada, desqualificada, manifestaram-se em “pareceres” o Estado Maior do Exército, o IHGB, a CNLD entre outros. [...] Além disso, apreenderam duas edições da coleção, a oficial e a particular; exilaram ou prenderam os seus autores e muita coisa mais. Parece, pois, que a obra não é assim tão insignificante. (Sodré, 1965, p.78-79)

O impasse em que estavam envolvidos os autores da coleção ia, obviamente, além da edição de uma simples pesquisa didática sobre o ensino de história no Brasil. Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto, Rubem César Fernandes, todos alunos de Nelson Werneck Sodré, foram classificados como agentes de subversão comunista, atuando através daquilo que ficou denominado no meio militar, como “imprensa comunista”. Ou seja, ainda que todas as acusações de despreparo, inabilidade e má formação intelectual recaíssem sobre eles, o peso maior estava no fato deles estarem associados ao comunismo (leia-se: PCB), por intermédio de Nelson Werneck Sodré, elo de ligação dos autores com o ISEB – instituição que, por sua vez, também estaria a serviço do comunismo internacional.

Por outro lado, constata-se que a maioria das iniciativas capitaneadas por intelectuais de esquerda ou ligados a partidos de esquerda durante o

⁸ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 27, p. 6815.

governo de João Goulart, mantinha certa aproximação com o ideário pecebista, seja pela resposta positiva imediata às reformas de base, seja pela campanha de agitação e conscientização das massas nas primeiras décadas de 1960. Tais associações eram respostas de uma sociedade que convivia com os fantasmas da Guerra Fria e a vinculação desses “movimentos” com o PCB era sintoma de um automatismo que via naquele processo efusivo, coordenado por intelectuais de esquerda, a expressão da ideologia de Estado soviético.

Não obstante, era perfeitamente possível que muitos destes intelectuais – como os autores da coleção *História Nova do Brasil* – fossem também militantes do PCB. Joel Rufino dos Santos acentuaria essa relação em um depoimento concedido a Sueli Mendonça:

É preciso dizer, também, que nós não éramos só um grupo de estudo. Éramos um grupo de amigos, de militantes políticos e no meu caso e do Pedro Celso, até de futebol... A nossa ligação era muito estreita: nós íamos para a praia e para o Maracanã juntos, estudávamos na mesma faculdade, éramos do mesmo partido, quer dizer, era um grupo extremamente coeso. Então isso facilitou. (Mendonça, 2006, p.338)

Ademais, a relação destes intelectuais com a militância comunista, a saber, com o PCB representado no seu comitê executivo, era permeada de conflitos, considerando o quadro de reorganização as esquerdas pós-1958, quando da publicação da *Declaração de Março*. Elaine Lourenço atenta para o fato de que somente Rufino dos Santos se referia à militância junto ao PCB, enquanto que os demais autores da *História Nova do Brasil* não faziam esse tipo de comentário (Lourenço, 2008, p. 398). Por outro lado, eles próprios militavam junto ao Comitê Cultural do PCB que, por sua vez, era uma atividade político-cultural que se estendia além do alcance do comitê executivo do partido e, em geral, não era uma atividade declarada publicamente em virtude até mesmo da repressão exercida tanto pelos militares quanto pela executiva pecebista.

As “evidências” dessa militância estiveram descritas no IPM instaurado para investigação e qualificação criminal da coleção e de seus autores. Esse

inquérito teve início na cidade de São Paulo, em junho de 1965 e ficou a cargo do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), então sob direção do general Riograndino Krueel. O inquérito foi aberto na ocasião em que a segunda edição organizada por Sodré era publicada pela editora Brasiliense. Note-se, por exemplo, que o auto de apreensão, emitido em 28 de junho de 1965 contra a loja da editora Brasiliense, apresenta o recolhimento de 21 exemplares do primeiro volume e 141 exemplares do quarto volume da coleção⁹. Isso porque os demais números ainda não haviam sido publicados no momento da apreensão. Logo, este IPM da *História Nova do Brasil* considerou apenas os dois volumes como provas constantes deste inquérito, no qual seus autores foram acusados de “propaganda de subversão da ordem e de preconceito de classe”¹⁰.

Por determinação do general Riograndino Krueel, a “visita” dos agentes do DOPS não se limitou apenas à loja da editora Brasiliense. Entre as livrarias que tiveram a coleção apreendida para “averiguação” estavam, por exemplo, a Livraria Forense e a Livraria Francisco Alves. Entre os livreiros inquiridos pelo DOPS de São Paulo estavam Stefan Geyerhan, sócio-gerente e responsável pela filial de São Paulo da Erich Eichner & Cia. Ltda., também conhecida como Livraria Kosmos; Heinz Friedrich Reichmann, responsável pela Livraria Triângulo Ltda; Álvaro Bittencourt, proprietário da Livraria Parthenon; Wolfgang Knapp, proprietário da Herder Editora e Livraria. Exceto a livraria de Bittencourt, as demais livrarias eram todas situadas na Rua Barão de Itapetininga, no centro da cidade.

A menção aos livreiros coloca em evidência duas questões que envolvem a interpretação desse IPM à luz do processo de construção da subversão nos meios intelectuais na década de 1960: (a) na tentativa de identificar entre os livreiros supostos indícios de subversão – tais como imputados aos autores da *História Nova do Brasil* – há uma diferença no modo como este inquérito é concebido em relação ao demais IPMs. Enquanto nos “inquéritos institucionais”, a exemplo do IPM do PCB, IPM do ISEB, IPM do

⁹ INQUÉRITO Policial-Militar da História Nova do Brasil. *Auto de apreensão*. IPM da História Nova. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 01, p. 15.

¹⁰ INQUÉRITO Policial-Militar da História Nova do Brasil. *Portaria s/nº*. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 01, p. 02.

MEC, a denúncia é formulada a partir do crime cometido por uma organização ou entidade, neste IPM da História Nova, o crime de subversão é especificado na ação de cada um dos denunciados individualmente. Ou seja, a inquirição dos livreiros, que revendiam a coleção em seus respectivos estabelecimentos comerciais, parece estar relacionada à necessidade dos militares em identificar os agentes da subversão, e não apenas suas organizações – já que estas, de antemão, pareciam estar em conluio com o comunismo internacional. Em consonância com essa mudança da estrutura de investigação e do papel jurídico do IPM, (b) emergiam, por outro lado, figuras específicas no contexto de resistência cultural ao regime militar. Noutras palavras: ao enfocarem a especificidade da subversão, a saber, intelectuais e artistas ligados aos movimentos de esquerda e de resistência contra a ditadura, demonstravam os militares que a disseminação da subversão não se restringia à ação de organizações político-ideológicas, mas também à intervenção individual de figuras representativas no cenário cultural brasileiro. Algo que será crucial a partir de 1965-1966, quando se coloca em questão a emergência da figura pública do intelectual de esquerda (Czajka, 2009, p. 201-214).

De certa maneira, esse “debate” esteve latente no inquérito, sobretudo quando considerou (ou tentou considerar) os livreiros como co-autores de crime de subversão, chegando-se a afirmar que “quem edita e vende um livro subversivo está ajudando a divulgação das ideias nele contidas, mas se o faz sem lhe conhecer o conteúdo mesmo assim terá contribuído para o crime”¹¹. Mas o impasse sobre a coleção estava além da simples identificação de seus vendedores, quiçá, leitores; o problema maior dizia respeito à associação da *História Nova do Brasil* com o ISEB e com as dezenas de acusações que sofrera esta instituição antes e depois de golpe militar de 1964.

Quem realmente esteve no centro deste inquérito e foi interpretado como elo entre os autores da coleção e o ISEB foi Nelson Werneck Sodré. Sua exposição foi demasiada intensa, como demonstra o procurador geral da Justiça Militar: “Sodré convocou a cumplicidade de cinco outros *apparatchiks* do Partido Comunista, ora também denunciados, indo buscar a ajuda de

¹¹ INQUÉRITO Policial-Militar da História Nova do Brasil. *Despacho do Procurador Geral da Justiça Militar*. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 02, p. 364.

indivíduos notáveis pela prestabilidade como *aparelhos* do partido”¹². Do ponto de vista dos militares que presidiram o inquérito tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo,

sua instauração decorreu das arguições levantadas contra o general Nelson Werneck Sodré e que se confirmaram durante os interrogatórios sobre o ISEB e o MEC. Por força de antiga prescrição regulamentar o citado general não poderia ser ouvido, como indiciado, por oficiais de posto inferior. Teve, pois este IPM uma finalidade definida, qual seja a de ouvir o general Nelson Werneck Sodré e apurar especificamente suas implicações na elaboração da coleção *História Nova do Brasil*.¹³

A atividade intelectual de Sodré vinha há muito tempo sendo investigada pelos órgãos de informação das Forças Armadas e deu-se ainda mais atenção ao seu itinerário à medida que adquiriu prestígio nos meios intelectuais, devido a publicações sobre literatura e crítica literária, bem como em virtude de suas atividades desenvolvidas no ISEB.

Seu envolvimento com o instituto fundamentou um conjunto de acusações que o levaram a testemunhar em inúmeros inquéritos e, como afirmado anteriormente, indiciado como réu no IPM da *História Nova*. Sua importância neste inquérito, juntamente com os demais autores responsáveis pela coleção, se devia ao fato dele ter sido o professor que coordenou os trabalhos de edição e por ser o diretor do departamento de História do instituto que elaborou o projeto da *História Nova do Brasil*. Por mais que em alguns depoimentos os autores procurem dissociar a publicação do ISEB, ela própria era financiada pelo mesmo órgão ministerial que mantinha o instituto: o MEC. Dessa associação, ainda que involuntária, os relatores do IPM da *História Nova* afirmavam categoricamente que o propósito da coleção, a saber, do próprio ISEB

¹² Id. Ibid.

¹³ INQUÉRITO Policial-Militar da História Nova do Brasil. *Relatório do general Manoel Mendes de Almeida*. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 02, 313.

se tratava de reunir professores capacitados para um estudo honesto da história do Brasil, mesmo admitindo uma preponderância de interpretação filosófica marxista, mas sim de um grupo de comunistas militantes dedicados ao partido e que trabalhassem integrados com o ISEB, sob coordenação de Nelson Werneck Sodré. Por fim, todo esse trabalho, da cúpula do MEC aos autores da *História Nova*, o fez em obediência à orientação e ditames de uma organização de caráter internacional – o comunismo. [...] Mesmo assim, o auxílio comunista que constitui uma organização internacional não se limitou ao preparo puramente ideológico dos autores da coleção *História Nova do Brasil*, no sentido de habilitá-los como elementos na frente da luta pela conquista pelo poder em nosso país.¹⁴

Assim como muitos outros inquéritos policiais-militares, este também foi arquivado. No ano de 1966, a acusação de subversão comunista patrocinada pelos autores da *História Nova* com auxílio de Sodré, seria dada como improcedente pela simples falta de provas – de que a coleção, assim como seus idealizadores, eram auxiliados financeiramente por economias ligadas ao comunismo internacional.

Outras acusações perduraram e se reproduziram em outros inquéritos, sobretudo a do MEC e da DEEE terem destinado recursos para realização de eventos e obras de cunho subversivo. Entretanto, mais que simplesmente ignorar o inquérito que se instaurou sobre *História Nova do Brasil*, interessante é notar como um projeto editorial alcançou visibilidade e movimentou parte da opinião pública em torno do tema. Disso, verifica-se que o componente de resistência existente na coleção não foi ressaltado tanto pelos seus autores, mas pela atuação repressiva dos órgãos militares no pós-golpe. Segundo declara Joel Rufino dos Santos, pensado retrospectivamente, “é bem possível que a oposição à *História Nova* [...] tivesse também um componente geracional

¹⁴ INQUÉRITO Policial-Militar da História Nova do Brasil. *Relatório final*. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 02, p. 340-342.

e de orgulho profissional. Afinal de contas como é que ‘pirralhos’, alguns deles ainda não diplomados, ousavam afrontar o *establishment* universitário?” (Lourenço, 2008, p. 386).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CZAJKA, Rodrigo. A Revista Civilização Brasileira: projeto editorial e resistência cultural (1965-1968). *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2010, vol.18, n.35, pp. 95-117.
- CZAJKA, Rodrigo. *Praticando delitos, formando opinião: intelectuais, comunismo e repressão (1958-1968)*. Tese de doutorado, Departamento de Sociologia – Universidade Estadual de Campinas, 2009.
- LOURENÇO, Elaine. “História Nova do Brasil: revisitando uma obra polêmica”. *Revista Brasileira de História*, vol. 28, nº 56, 2008.
- MENDONÇA, Sueli G. De L. Werneck Sodré, História Nova: contribuição pioneira ao ensino de história no Brasil. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (orgs.). *Nelson Werneck Sodré: entre o saber e a pena*. São Paulo: EdUnesp, 2006.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá, *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PINTO, João Alberto da Costa. “A origem e o sentido político do projeto História Nova do Brasil”. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (orgs.). *Nelson Werneck Sodré: entre o saber e a pena*. São Paulo: EdUnesp, 2006.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SILVA, José Luiz Werneck da. Ensino secundário: o livro didático de história. *Boletim de História*, Ano III, nº 06, jan-jun 1961, p. 170-171.
- SODRÉ, Nelson Werneck. A história da História Nova – II, *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, nº 04, setembro de 1965. p.78-79.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Quem é o povo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *Iseb: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.